



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2.349

PROCESSO CETESB

Nº 13.653/2001

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 132/15/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 762 de 17/09/2004, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S/A

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: RODOVIA MARECHAL RONDON KM 112, MARGINAL OESTE

BAIRRO: JARDIM OLIVEIRA

CEP: 13.312-000

MUNICÍPIO: ITU

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MARECHAL RONDON SP- 300

LOGRADOURO: RODOVIA MARECHAL RONDON SP- 300

MUNICÍPIO: PORTO FELIZ

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MARECHAL RONDON – SP-300, SEGMENTO ENTRE O KM 140+825 E O KM 144+120, COM APROXIMADAMENTE 3,3 KM DE EXTENSÃO.

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data : 18 / 03 / 2015


ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)



1625067



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 1/3

PROCESSO CETESB

Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.349

Para a continuidade do licenciamento ambiental, o empreendedor deverá apresentar, para análise e manifestação, o atendimento às seguintes exigências:

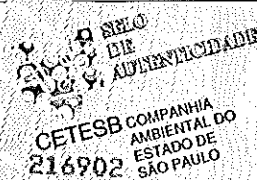
Antes do início das obras

1. Apresentar a equipe alocada para a execução do Programa de Gestão Ambiental - PGA das obras, incluindo a participação de representantes das empreiteiras, as respectivas responsabilidades e Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs.
2. Apresentar sobre ortofoto ou imagem de satélite (escala 1:10.000) a localização e o projeto do canteiro de obras, incluindo o seu "layout", com indicação das instalações previstas e informações sobre as usinas contratadas para a execução dos serviços, as quais devem estar devidamente licenciadas.
3. Apresentar, para análise e manifestação, projeto de implantação de passagem de fauna na travessia de curso d'água da altura do km 141+900, considerando as espécies e os hábitos dos animais registrados na área e o proposto no Parecer Técnico - PT nº 335/CPRN/DAIA/2004,

Durante a implantação do empreendimento

4. Realizar, previamente à utilização, o cadastramento de áreas de apoio (canteiros de obras, áreas de empréstimo, depósitos de materiais excedentes, etc) localizados fora da faixa de domínio, no Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, em atendimento à Resolução SMA 30/00.
5. Comprovar, por meio de relatório descritivo e fotográfico, o início das atividades e a manutenção do plantio compensatório, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 19.824/2015 firmado junto à CETESB.
6. Apresentar relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental das obras - PGA e respectivos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, contemplando o avanço das obras, os mecanismos de gestão adotados, os registros das não conformidades constatadas e as medidas corretivas adotadas. Comprovar, em especial, a efetividade das medidas adotadas para evitar o assoreamento dos cursos d'água, apresentando os resultados dos monitoramentos de assoreamento e turbidez realizados a jusante, o controle da supressão da vegetação, o afugentamento da fauna e as ações de comunicação com os proprietários afetados pelas desapropriações. Incluir, no 1º relatório trimestral, a manifestação do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE sobre o cadastramento solicitado do prolongamento dos bueiros dos kms 141+600 e 141+900 da SP-300.
7. Apresentar, no 1º relatório trimestral de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental das obras - PGA, relatório fotográfico datado comprovando a implantação do sistema de drenagem provisória ao longo das obras, especialmente junto aos corpos d'água e em locais com grande movimentação de terra. Contemplar as medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos de retenção de sedimentos. Deverão constar também os registros fotográficos dos corpos d'água antes do início das obras e durante as intervenções previstas.
8. Incluir, nos relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental das obras - PGA, no âmbito do Subprograma de Desapropriações, as ações adotadas no período para a condução das desapropriações e tabela atualizada a cada relatório trimestral, contendo, no mínimo: nº do cadastro, proprietário, área a ser desapropriada (m²), localização (km), situação da desapropriação (acordo, autorização, imissão na posse) e previsão de obras no local.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



1625068



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 2/3

PROCESSO CETESB

Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.349

9. Comprovar, nos relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental das obras – PGA, a implantação das medidas mitigadoras ao atropelamento de fauna na altura do km 141+900 da SP-300.

Por ocasião da solicitação de Licença Ambiental de Operação - LO

10. Apresentar relatório conclusivo do Programa de Gestão Ambiental das obras – PGA e respectivos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Em especial deverá ser comprovada a implantação de sistema de drenagem definitivo que evite impactos do escoamento das águas superficiais nos terrenos e corpos d'água do entorno, a desativação dos canteiros de obra e demais áreas de apoio utilizadas e a completa recuperação de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, além da destinação adequada dos resíduos e efluentes gerados.
11. Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento contemplando ações e monitoramentos relativos à eficiência das estruturas de drenagem implantadas no controle de impactos aos corpos d'água e terrenos lindeiros; gerenciamento de passivos ambientais, registros de acidentes com produtos perigosos e incêndios gerados na faixa de domínio, comunicação social, situação da vegetação na faixa de domínio e dos plantios compensatórios realizados, combate ao abandono de animais domésticos nas estradas e áreas lindeiras, etc.
12. Incluir, no Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento do Programa de Monitoramento e Controle de Atropelamento de Fauna, contemplando o monitoramento da utilização das passagens de fauna e de eventuais atropelamentos, incluindo a periodicidade das atividades, logística, formas de registro e variáveis a serem analisadas (nome da espécie, coordenadas geográficas, quilômetro, sentido, registro fotográfico, destinação dos animais, etc).
13. Apresentar um Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, incluindo Plano de Ação de Emergência para acidentes envolvendo carga de produtos perigosos durante a fase de operação do empreendimento, nos moldes da Decisão de Diretoria nº 154/2013/C de 07/05/13, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 09/05/13.
14. Apresentar a situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 19.824/2015 firmado junto à CETESB.
15. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento, relatório contábil comprovando o montante efetivamente despendido na implantação, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo depósito, caso necessário, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.

Durante a operação do empreendimento

16. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental de Operação do empreendimento, contemplando os resultados das ações e monitoramentos realizados no período relativas à eficiência das estruturas de drenagem implantadas no controle de impactos aos corpos d'água e terrenos lindeiros; gerenciamento de passivos ambientais, registros de acidentes com produtos perigosos e incêndios gerados na faixa de domínio, comunicação social, situação da vegetação na faixa de domínio e dos plantios compensatórios realizados, combate ao abandono de animais domésticos nas estradas e áreas lindeiras, etc.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 3/3

PROCESSO CETESB

Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.349

17. Apresentar, no 1º relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2ª campanha de medição de níveis de ruído nos mesmos pontos indicados na caracterização das condições pré-existentes do empreendimento (avaliações de Níveis de Ruído Ambiente - Lra), conforme a "Regulamentação de níveis de ruído em sistemas lineares de transportes localizados no Estado de São Paulo", aprovado pela Decisão de Diretoria nº 389/2010/P da CETESB.

18. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Controle de Atropelamento de Fauna, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental de Operação, incluindo uma análise comparativa (tanto para animais silvestres quanto domésticos) e uma análise crítica dos dados obtidos (pontos críticos, etc), propondo a adoção de medidas de controle quando necessárias.

XX
XX